

Plano do Brasil já interessa credores

Mas querem reunião com o FMI e o Clube de Paris para ratear os riscos com eles

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque. — As negociações vão continuar, os banqueiros não rejeitaram o plano brasileiro e nem fizeram contraproposta, mas querem receber nas próximas semanas a estimativa de recursos que o Brasil espera obter não só do Banco Mundial como, também, do Clube de Paris e do Fundo Monetário Internacional, de modo a terem a garantia de que o refinanciamento da dívida externa será repartido equitativamente com os organismos oficiais, com os quais o País fará acordos.

Este foi o resultado da reunião de quase quatro horas, com algumas interrupções, realizada ontem no edifício do Citicorp em Manhattan, entre o Comitê de Assessoramento dos bancos credores e os negociadores brasileiros, chefiados pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e pelo assessor especial para assuntos da dívida externa do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher. Daqui a duas semanas haverá outro encontro formal para dar prosseguimento às negociações.

O presidente do comitê de 14 bancos, William Rhodes, enviará telex aos demais credores — pouco mais de 700 — informando o resultado deste segundo encontro. Em comunicado à imprensa, o executivo do Citibank limitou-se a dizer que “o comitê delineou para os representantes do Governo os princípios para um plano voltado para as necessidades de financiamento externo do Brasil”, confirmando a retomada das negociações “brevemente”, após um período de consultas.

Na entrevista concedida no escritório do Banco do Estado de São Paulo, que fica no mesmo edifício de 59 andares do Citicorp, Fernando Milliet deu a entender que os credores exigiram que o Brasil faça agora uma série de contatos com o Clube de Paris e com o Fundo Monetário Internacional, para saber com quanto poderá contar em recursos externos destas e de outras instituições oficiais de crédito, para que o peso do refinanciamento não recaia apenas sobre os bancos privados.

“Eles dizem que nós demos tratamento preferencial aos organismos de governo, após a moratória, e agora querem ter a certeza de que isso não ocorrerá no futuro” — informou, acrescentando que “por isso insistem na necessidade de ficar clara a participação de outras fontes de recursos, com alguma indicação de valor”. Logo após a reunião, concluída pouco antes das 16 horas, os principais negociadores retornaram ao Brasil, deixando alguns técnicos nos Estados Unidos.

Não ficou clara, segundo o presidente do Banco Central, a questão da sequência dos acordos com os bancos e com o FMI, embora o Brasil tenha mantido sua posição de não aceitar a vinculação entre a dívida bancária e um programa de ajustamento com aquela instituição, do qual resultariam novos créditos. Quanto ao Clube de Paris, entidade informal que reúne os governos de 16 países industrializados com os quais o Brasil tem uma dívida de aproximadamente 13 bilhões de dólares, existe dilema semelhante àquele do “ovo e da galinha”, na expressão de Milliet.

“O Clube de Paris, que comunicou na semana passada a suspensão dos termos negociados no início do ano por não termos feito um acordo com os bancos no prazo combinado, quer primeiro um acordo com os bancos, enquanto os bancos agora pedem primeiro um acordo com o Clube de Paris” — comentou, revelando ter ficado “combinado que vamos tentar ver se nós somos de acordo sobre estas questões”. O Governo agora vai fazer “sondagens junto a estas instituições”, pelo que ficou acertado.

Sobre a hipótese de se fazer acordos simultâneos com o Clube de Paris, o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores, o presidente do Banco Central disse que, em sua opinião, “isto não é impossível, mas também não é uma condição”. A questão central para os banqueiros, como já se sabia antes desta segunda reunião, é o que eles chamam de “burden sharing”, ou divisão dos encargos. Na prática, eles não querem refinanciar sozinhos os 10,4 bilhões de dólares referentes aos juros de 1987 a 1989.

O Comitê de Assessoramento manifestou também interesse em tomar conhecimento da política econômica brasileira em maior profundidade, especialmente no que se refere às projeções do balanço de pagamento. Milliet disse que estará em Brasília na próxima semana, podendo receber, se for o caso, uma nova visita do Subcomitê de economia dos bancos credores, presidido por Douglas Smee, do Banco de Montreal.

As inovações contidas na proposta apresentada pelo Brasil em Washington, na semana passada, não foram rejeitadas pelos banqueiros. Eles admitiram incluir no chamado “menu de opções” a idéia da securitização parcial da dívida — ou seja, transformação de uma parte dos débitos em bônus de longo prazo com juros fixos, que tanto poderão ser negociados entre as instituições para recebimento da remuneração combinada e do principal, ao final do prazo, como também poderiam ser convertidos em investimento no País.

“Foi admitida explicitamente que a securitização pode ser útil como um dos elementos para a renegociação da dívida, mas os bancos não assumiram nenhum compromisso” — admitiu, lembrando que pelo menos um dos banqueiros presentes chamou sua atenção para os riscos da colocação dos títulos se não forem respeitadas as condições de mercado. A intenção brasileira, reafirmada por Milliet, é oferecer uma conversão apenas de uma parcela moderada da dívida em títulos, numa primeira fase, para avaliar o impacto.

Outras opções que os credores consideraram positivas, além da securitização aceita até mesmo pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, foram as idéias para conversão da dívida em investimentos diretos no País, que depende de acertos entre o Governo e o Congresso, e o esquema de reempréstimo (relending). Por este esquema, que o Brasil vê com reservas, os bancos teriam direito a reempréstar valores referentes a empréstimos anteriores e que estão depositados no Banco Central.

Os banqueiros não colocaram a exigência do pagamento simbólico que o Brasil poderá aceitar fazer antes do dia 26, para evitar que naquela data a comissão americana encarregada da regulamentação bancária reclassifique para baixo os créditos brasileiros, o que provocaria retiradas nos cerca de 14 bilhões de dólares de créditos interbancários em bancos brasileiros no exterior e linhas comerciais de curto prazo. Houve, de qualquer forma, um acordo tácito sobre isso, pelo que ficou subentendido.

Ficou acertada uma agenda para os próximos passos da negociação, onde o terceiro encontro está programado para ocorrer nos Estados Unidos entre os próximos dias 13 e 23. Com isso, caso haja progresso nos entendimentos, o Brasil deixou em aberto a possibilidade de fazer um pagamento simbólico a tempo de evitar o rebaixamento de seus créditos, o que representaria também um sério problema para os lucros das instituições privadas de crédito.

Milliet disse ainda ao Comitê de Assessoramento que pretende discutir no próximo encontro a questão das agências dos bancos brasileiros no exterior, que dependem atualmente basicamente das linhas comerciais de curto prazo e dos depósitos interbancários. Estas agências tiveram forte expansão antes de 1982 e, depois, não mais puderam ter acesso ao mercado voluntário de crédito. O interesse brasileiro é preservá-las para quando houver, no futuro, o restabelecimento de empréstimos voluntários.

Durante a reunião os credores não apresentaram nenhum documento escrito, embora tenham lido um **papel** de duas páginas, cujo conteúdo não foi explicitado pelo presidente do Banco Central. Marcado para as 10h30, o encontro começou com quase meia hora de atraso. Na sala de negociação havia cerca de cinquente pessoas, entre negociadores e assessores, inclusive nove mulheres pelo lado dos banqueiros. Na mesa principal sentaram-se, além dos representantes dos 14 bancos, Fernando Milliet e Fernão Bracher, além dos diretores do Banco Central para a Dívida Externa, Antônio Pádua Seixas, e para a área Externa, Carlos Eduardo de Freitas.

JULIO ALCANTARA



Bresser relata os seus contatos ao Presidente: expectativa com o fechamento dos balanços dos bancos